

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 11



A CÚPULA DOS PRÓXIMOS

DOIS ANOS

TJCE define dirigentes do biênio 2017-2019. O desembargador Gladyson Pontes foi eleito presidente por unanimidade. E os desembargadores Washington Araújo e Darival Beserra escolhidos vice-presidente e corregedor, respectivamente. Palavra de ordem da futura gestão será união

PGS 2 E 10 A 14

O MELHOR

Dentre todos os tribunais de médio porte do Brasil, o Ceará é o que tem melhor desempenho em atendimento à demanda. Levantamento "Justiça em Números 2016" foi feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

PGS 8 E 9

MAIS TEMPO

Servidores e magistrados cearenses têm agora direito a 20 dias de licença-paternidade (e não mais apenas cinco). Extensão do benefício por mais 15 dias foi aprovada por desembargadores e é concedido independente de o pai ser biológico ou adotivo

PGS 6 E 7

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO
PRESIDENTE:

Desembargadora Maria Iracema
Martins do Vale

VICE-PRESIDENTE:

Desembargador Francisco de Assis
Filgueira Mendes

CORREGEDOR-GERAL
DA JUSTIÇA DO CEARÁ

Desembargador Francisco Lincoln
Araújo e Silva

DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS
BEVILÁQUA

Juiz José Maria dos Santos Sales

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA DO CEARÁ

Desembargador Heráclito Vieira
de Sousa Neto

JORNAL DO JUDICIÁRIO
PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/
EDITORA-GERAL

Silvia Goes

SUBEDITOR

Bruno de Castro

REDAÇÃO

Alzira Barreira, Ana Carolina de
Palhano, André Anderson, Bruno de
Castro, Camilla Carneiro, Edson Gomes,
Emanuelly Néri, Karine Wanessa,
Luciberto Forte, Mariana Galvão, Naara
Vale, Pamela Lemos, Priscila Teixeira,
Rebeca Nólto, Rodrigo França, Thyliana
Costa e Ulysses Sousa.

COLONISTA

Luciberto Forte e Edson Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Calvin Penna e Rannjon Mikael

FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS
Calvin Penna, Rannjon Mikael e Freepick
(Rodrigo França, página 4)

 www.tjce.jus.br

 imprensa@tjce.jus.br

 facebook.com/tjceoficial

 twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Após meses de muita expectativa, o Judiciário cearense elegeu seus dirigentes para o biênio 2017-2019. Os desembargadores Gladyson Pontes, Washington Araújo e Darival Beserra sucederão Iracema Vale, Filgueira Mendes e Francisco Lincoln nas funções de presidente, vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente. Assumirão um Tribunal mais transparente, mais aberto ao diálogo, mais próximo da sociedade e mais integrado às novas formas de linguagem. Mas ainda cheio de desafios. Ciente disso, o desembargador Gladyson Pontes já adiantou que o tom da próxima gestão será o da união. Uma postura acertada. Sensata. Porque só com a ajuda de todos os servidores, de todos os magistrados e de todos os setores da sociedade o Judiciário brasileiro superará o atual período de parcos recursos e mudança de rumos para a promoção da cultura de paz. Como bem prega o novo Código de Processo Civil (CPC), é preciso dar espaço ao diálogo ao invés de alimentar o imaginário de até a menor das disputas ser resolvida somente se um juiz bater o martelo. As bases para a popularização das audiências de mediação e conciliação começaram a ser fincadas na gestão da desembargadora Iracema Vale, iniciada em fevereiro de 2015 e que encerrará no fim de janeiro de 2017. Com o apoio do desembargador Gladyson Pontes, supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), ela estimulou e possibilitou a criação de centros de solução de conflitos especialmente em cidades interioranas. Até o momento, 106 comarcas já criaram esses equipamentos por portarias. E a tendência é esse número crescer ainda mais nos próximos anos, beneficiando quem do TJCE precisa em algum momento. A Justiça do futuro, uma Justiça cada vez melhor e mais perto das pessoas, mais acolhedora, já começou a ser edificada. Faça parte desse processo você também. Estimule o diálogo. Promova a paz. Acompanhe a rotina do Judiciário. Cobre. Fiscalize. Tudo o que nos chega é para desempenharmos um trabalho cada vez melhor. Para você.

Silvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE



SERVIÇO MAIS RÁPIDO

TJCE ADERE A SISTEMA DO GOVERNO DO ESTADO PARA ACELERAR REGISTRO DE PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS. QUANTIDADE DE AGENTES ARRECADADORES TAMBÉM AUMENTA

Está mais fácil registrar o pagamento das taxas judiciais e extrajudiciais no Ceará. Isso porque o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) aderiu ao Documento de Arrecadação Estadual (DAE). Assim, a confirmação do pagamento pode ser verificada em até uma hora.

Diretor da Divisão de Arrecadação da Secretaria de Finanças do TJCE (Sefin-TJCE), Carlos Henrique Beserra de Moraes pondera que, antes, a espera por essa confirmação durava pelo menos um dia.

Com a mudança, ganha o usuário. Contudo, a emissão das guias de pagamento não sofrerá mudanças. "Em relação à geração, não muda nada para o usuário. Os sistemas de geração das guias são os atuais. Nós adaptamos o nosso sistema ao do Governo do Estado. Exemplificando o preenchimento de uma guia judicial: o usuário preenche os dados solicitados no formulário eletrônico e, ao mandar emitir a guia, surgirá o DAE em substituição à antiga Guia de Recolhimento do Fermoju (GRF). A mesma coisa em relação aos cartórios", explica.

AGENTES ARRECADADORES

Mas não é só em agilidade que ganha o usuário com essa mudança no registro do pagamento. A adesão do Fermoju ao DAE também significa aumento do número de agentes arrecadadores. Ou seja: ele poderá efetuar o pagamento numa variedade maior de bancos e outros estabelecimentos de quitação.

Antes, o pagamento das guias do Fermoju só podia ser efetuado na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. Com a adesão ao DAE, as guias podem ser pagas também no Banco do Nordeste, Bradesco, Itaú, Santander e nas Farmácias Pague Menos.

O TJCE terá como maior benefício o lançamento automatizado, no Sistema Governamental de Gestão por Resultados – S2GPR, de suas receitas arrecadadas e ainda a redução em até 50% do custo da tarifa por cada guia gerada e recolhida nas instituições financeiras conveniadas.

VOCÊ SABIA?

O Fermoju é um órgão do Poder Judiciário criado pela Lei nº 11.891/1991. Através do recolhimento das taxas, o Fermoju promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Ceará, permitindo, assim, o acesso mais justo e democrático da sociedade à Justiça.

SAIBA MAIS

Os sistemas de geração das guias atuais do Judiciário chamam-se: Sisguia Judicial, Sisguia Extrajudicial Online e Selos Extra.

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista



lucibertofo@tjce.jus.br

CONSTELAÇÃO FAMILIAR

Os Tribunais de Justiça de Goiás, São Paulo, Rondônia, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas, Amapá e Distrito Federal já utilizam a dinâmica da "Constelação Familiar" para ajudar a solucionar conflitos. No Ceará, ainda "não tem disso não", mas a tendência é que a ferramenta seja adotada na nova gestão. Afinal, o presidente eleito, desembargador Gladyson Pontes, é um magistrado afeito à mediação e à conciliação e coordena o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJCE.

ORIGEM FAMILIAR

A técnica não é nova e visa esclarecer às partes o que há por trás do conflito que poderá gerar um processo judicial. No Direito, diz-se que "o que não está nos autos, não existe no mundo jurídico". Na Constelação, o mais importante é o que não consta, o que não existe nos autos. Os conflitos levados para uma sessão de constelação, em geral, versam sobre questões de origem familiar, como violência doméstica, guarda de filhos, pensão alimentícia, divórcios litigiosos, adoção e abandono de incapaz. É um método mais direto para a efetividade ser alcançada, e não lenta e gradual.

O QUE É ISSO?

Trata-se de um método psicoterapêutico com abordagem sistêmica ou subjetiva, desenvolvido pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger. O objetivo maior é evitar o transbordar de processos, evitando que conflitos familiares e pessoais transformem-se em processos. Sua utilização é mais aplicada nas Varas Criminais, de Infância e Juventude, de Família e de Sucessões.

O NOVO CPC

O CNJ deu novos direcionamentos às técnicas de conciliação e mediação, criando os Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania, adotados pelo novo Código de Processo Civil. As leis que consolidam os temas são: a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) e o Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

CULTURA DA PAZ

O Novo CPC acolheu os anseios do CNJ de estimular o que este chamou de "Cultura da Paz", trazendo no seu texto grande destaque para a mediação e a conciliação como instrumentos de solução de conflitos de forma rápida e eficiente. O novo Código diz que a mediação se mostra mais adequada para questões que envolvem conflitos na área da família, e a conciliação para questões da área comercial e do direito do consumidor.

PRA ENTENDER

Em resumo, a Conciliação é uma forma de resolução de conflitos, onde um terceiro, neutro e imparcial, chamado conciliador, facilita a comunicação entre as partes litigantes. Já a Mediação, por sua vez, é a forma de resolução de conflitos, onde um terceiro, neutro e imparcial, chamado mediador, facilita a comunicação entre as pessoas que mantêm uma relação conflituosa e buscam uma composição satisfatória para ambas.

Estamos "De Acordo" de que "Conciliar e Mediar é Legal"?

Agora é com ELA!

Em Fortaleza, uma mulher passa a gerir a segurança do Fórum pela primeira vez. O Clóvis Beviláqua é a maior unidade judiciária de primeira instância do Ceará. Ou seja: a responsabilidade é grande. Mas a major Mavis adianta: a palavra de ordem da gestão será 'união'

Assim como o Judiciário cearense está sob o comando de uma mulher pela segunda vez em 142 anos, o Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, deu um importante passo rumo ao justo reconhecimento da capacidade feminina. Tem, pela primeira vez, uma mulher comandante do setor de Segurança.

A escolhida para o cargo foi a major Mavis Rios. Ela é policial militar há 22 anos, estava na 3ª Companhia de Policiamento de Guarda do Tribunal de Justiça (TJCE) e classifica a ascensão como "desafio" e "oportunidade de crescimento."

"É uma grande honra, pois esta é uma função que requer muita confiança e dedicação. Nós sabemos das dimensões, das peculiaridades e do fluxo de pessoas que diariamente transitam no Fórum. Então, nós temos que ter um olhar muito cuidadoso para a questão da segurança não só dos visitantes, mas também dos funcionários, das instalações do prédio e dos magistrados", afirma a PM.

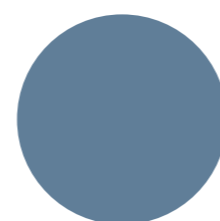
Mavis Rios assumiu o posto no fim de setembro, após o breve período de nove meses como subcomandante da 3ª Companhia, onde fiscalizava os trabalhos dos integrantes do corpo policial e as escalas de serviço de todo o efetivo.

O comunicado de que assumiria o comando da Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua, a major recebeu do chefe da Assistência Militar do TJCE, o tenente-coronel Wilson Melo, dias antes de começar no novo posto.

A comandante comemora a presença feminina numa chefia tão estratégica. "Eu entendo que, não só em razão da minha presença aqui, mas também por vislumbrar outras colegas assumindo funções de comando, é uma demonstração clara de que a mulher tem capacidade para assumir funções que antes eram exclusivas dos homens. Mas a minha ideia não é de segregar e sim de unir. Para isso, tento fazer a minha administração de forma responsável, serena e baseada na justiça."

PERFIL

A major Mavis Rios ingressou na Polícia Militar do Ceará em fevereiro de 1995. Foi declarada aspirante três anos depois, quando formou-se na Academia de Polícia Militar General Edgard Facó e seguiu para o serviço operacional. Em 1999, foi transferida para o Colégio da Polícia Militar do Ceará General Edgard Facó, localizado no bairro Antônio Bezerra, onde atuou até o fim de 2015. Está no Judiciário desde 7 de janeiro deste ano.



SOBRE RODAS 2

Uma das primeiras ações da gestão da major Mavis Rios na Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua em parceria com a Assistência Militar do TJCE teve como objetivo dar mais agilidade aos serviços internos da unidade. Agora, os agentes de segurança contam com um veículo elétrico de duas rodas para deslocamentos.

O equipamento é semelhante ao utilizado por seguranças de grandes shoppings centers. E já foi usado até na política de policiamento da Secretaria Estadual da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) para pontos turísticos de Fortaleza.

O veículo permite que os PMs cubram determinada área de policiamento cinco vezes mais rápida. "O equipamento torna as rondas ostensivas no interior do prédio mais ágeis e frequentes, ajudando não só nas atividades diurnas, durante o expediente, mas também nas noturnas", explica Mavis Rios.

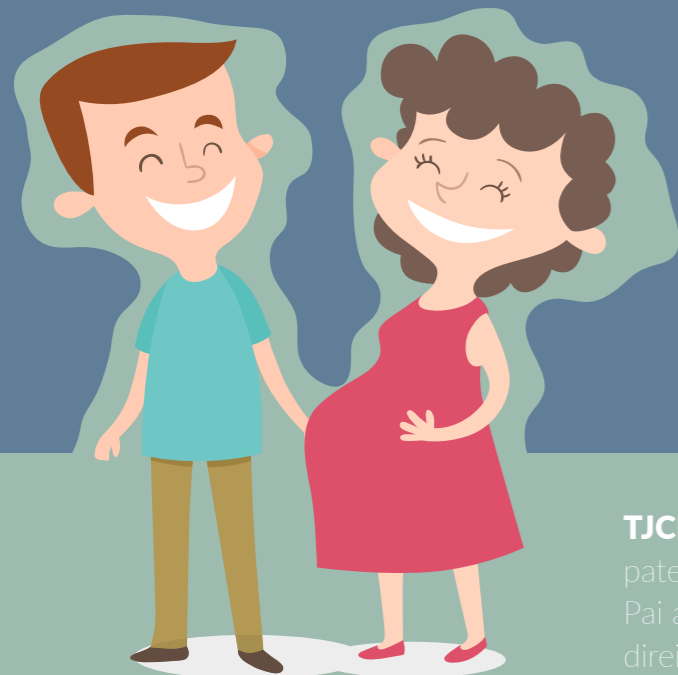
Esse novo método de trabalho ocorre em caráter experimental e tanto a Assistência Militar do Tribunal de Justiça quanto o Setor de Segurança do Fórum estão abertos à captação de críticas e sugestões.

SAIBA MAIS

O TJCE é hoje presidido pela desembargadora Iracema Vale. Ela é a segunda mulher a gerir o Judiciário cearense. A primeira foi a desembargadora Águeda Passos, no biênio 1999-2001.

MULTIMÍDIA

Envie sua sugestão/crítica para depseg.forum@tjce.jus.br



MAIS TEMPO COM O FILHO

TJCE aprova prorrogação de licença-paternidade e benefício chega aos 20 dias. Pai adotivo ou biológico, não importa. O direito é de todos

Servidores e magistrados do Judiciário cearense têm muito o que comemorar. Daqui pra frente, a licença-paternidade deles será quatro vezes maior. Passará para 20 dias. O prazo anterior era de apenas cinco dias.

A decisão foi tomada pelos 19 desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Ela consta no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) de 7 de outubro, na Resolução nº 28/2016 - que pode ser consultada online (saiba como em "Multimídia").

Conforme o documento, o servidor/magistrado tem direito ao benefício independente de ser pai biológico ou adotivo da(s) criança(s) em questão. Independente também de ser efetivo (concursado), comissionado ou cedido de outros órgãos ao Judiciário. Basta dar entrada em requerimento solicitando a licença e comprovar a paternidade.

O Órgão Especial entendeu que prorrogar a licença-paternidade atenderia ao "princípio

do melhor interesse da criança, assistindo-lhe o direito fundamental ao pleno convívio familiar". Além disso, como destaca a Resolução publicada no DJe, é importante "incentivar uma maior participação da figura paterna para melhor intensificar os vínculos familiares, conferindo-se à mãe a segurança e o suporte necessários quanto aos primeiros cuidados para com o filho recém-nascido."

O prazo da licença começa a contar da data do nascimento da criança, do dia em que a guarda judicial para adoção foi concedida ou da data da adoção propriamente dita. Para dar entrada no pedido, o servidor/magistrado deve apresentar certidão de nascimento, termo de guarda judicial ou de adoção.

Além da necessidade do fortalecimento do vínculo familiar, o Órgão Especial do TJCE também levou em consideração decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que autoriza os tribunais a prorrogar a licença-paternidade.

SAIBA MAIS

O Órgão Especial do TJCE existe desde 2011.

O colegiado foi criado para agilizar feitos administrativos e judiciários do Tribunal.

A composição do Órgão é alterada a cada dois anos ou pode ser prorrogada por igual período.

Ele difere do Tribunal Pleno principalmente pelo fato de esse outro colegiado ser constituído pela totalidade dos 43 desembargadores. E porque compete ao Pleno eleger o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral de Justiça.



MULTIMÍDIA 1

Conheça a composição do Órgão Especial do TJCE em <http://www.tjce.jus.br/institucional/orgao-especial-2/>

AJUDA A QUEM PRECISA

A casais envolvidos em ações de divórcio e disputa pela guarda dos filhos, o Judiciário também tem programas. O Fórum Clóvis Beviláqua, por exemplo, oferece duas vezes por mês uma oficina chamada "Pais e Filhos" cujo objetivo é contribuir para a redução das sequelas relacionadas à separação.

As atividades envolvem tanto pais quanto filhos. E são feitas por especialistas numa linguagem acessível, com o uso de recursos visuais como vídeos, depoimentos e filmes.

Participam da Oficina os casais em litígio escolhidos pelos juizes das Varas de Família. Eles encaminham os processos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) que, por sua vez, convida as partes.

Além disso, o CNJ disponibiliza oficinas online de "Parentalidade e Divórcio". Elas são gratuitas e ofertadas na modalidade à distância. Para participar, o interessado precisa apenas preencher um formulário online disponível no portal do CNJ para obter login e senha de acesso. Não é preciso que pai ou mãe sejam indicados por tribunal ou qualquer outro órgão da Justiça.

O treinamento é dividido em módulos. É necessário responder a questionário avaliativo e obter nota de aproveitamento de pelo menos 70% para avançar e ter

acesso ao módulo seguinte. Também há um "Fórum de interação", em que o aluno, caso queira, pode interagir e trocar mensagens com os demais participantes.



MULTIMÍDIA 2

Para acessar o formulário do curso do CNJ <http://www.cnj.jus.br/formacao-e-capitacao/cursos-abertos/view=course&id=18>



MULTIMÍDIA 3

Acesse a íntegra da Resolução nº 28/2016 em <http://bit.ly/2auFNvH>

GRUPO DE APOIO

Como desdobramento da oficina "Pais e Filhos", o Cejusc do Fórum Clóvis Beviláqua criou o grupo de apoio "Os desafios da parentalidade: compartilhando experiências". As reuniões acontecem sempre às terças-feiras, entre 14 horas e 16 horas, para os participantes dividirem experiências.

Segundo a psicóloga do Cejusc, Gleiciane Van Dam, na Oficina, as partes sentem vontade de compartilhar histórias, mas a existência de um conteúdo programático muitas vezes impede essa troca. "Eles se identificam com o conteúdo e querem dividir, mas são muitas pessoas e fica inviável. Nós tivemos um pai na última oficina que procurou um grupo de apoio na Internet e não encontrou. Ele ficou surpreso que o próprio Fórum tinha um local assim", afirma.

O grupo é terapêutico e tem o objetivo de facilitar o momento difícil da família. Gleiciane Van Dam explica que tudo que é compartilhado nas reuniões fica em sigilo. "É um local onde os participantes vão se sentir à vontade sobre o que falam", ressalta.

Mais informações sobre o grupo de apoio do Cejusc (85) 3492.8030/8032

O MELHOR

Relatório "Justiça em Números 2016" aponta o TJCE como o tribunal de médio porte com o maior percentual de atendimento à demanda do Brasil. Aumento na quantidade de processos julgados também é destaque



Quem atesta é o Conselho Nacional de Justiça: o Ceará tem o melhor índice de atendimento à demanda entre os dez tribunais de médio porte do Brasil. Com desempenho de 126%, o TJCE superou as Cortes de Goiás, Bahia, Santa Catarina, Distrito Federal, Pernambuco, Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Maranhão.

Referente ao ano de 2015, o indicador consta no relatório "Justiça em Números 2016" e significa que o Ceará foi capaz de baixar 26,2% a mais de processos do que o total de ações que deu entrada na Justiça Estadual no mesmo ano. Ou seja: o estoque do TJCE foi reduzido em aproximadamente 79 mil casos.

Em relação a 2014, o número de processos julgados pelo Tribunal aumentou 18,9%. Para o secretário de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE, Neto Cisne, "o índice de atendimento à demanda obtido mostra-se ainda mais relevante quando observamos que a demanda processual em 2015 foi 11,5% superior à registrada em 2014."

Ele atribui o bom desempenho do TJCE a ações como a realização de mutirões e à implantação de programas de monitoramento do cumprimento de metas e da taxa de congestionamento por unidade. A ferramenta permite a extração de dados referentes a processos pendentes e baixados nos sistemas processuais, além de disponibilizar relatórios periodicamente.

O crescimento na produtividade dos magistrados foi outro ponto forte. No Segundo Grau, onde atuam os desembargadores, o aumento foi de 133,3%; enquanto que no Primeiro Grau, onde atuam os juízes, a elevação foi de 30,6%.

126%
Foi o Índice de Atendimento à Demanda do TJCE

133%
foi o crescimento da produtividade dos desembargadores

79 MIL
casos saíram do estoque processual do TJCE

18,9% FOI O AUMENTO DO NÚMERO DE PROCESSOS JULGADOS DE 2014 PARA 2015

JUÍZES E DESEMBARGADORES AUMENTAM PRODUTIVIDADE

Além de avaliar o índice de atendimento à demanda, o CNJ analisou também a produtividade dos magistrados brasileiros. No Ceará, os desembargadores julgaram 133,3% mais processos em 2015 do que em 2014. Em números absolutos, isso significa um aumento de 25.761 ações julgadas em 2014 para 60.093 ações julgadas no ano seguinte.

Já os juízes cearenses, que atuam na chamada Primeira Instância, apresentaram crescimento de 30,6% no mesmo período. Saltaram de 176.699 julgamentos em 2014 para 230.841 julgamentos em 2015. Quando consideradas as duas categorias (juízes e desembargadores), o TJCE apresenta aumento de 18,9% na produtividade.

"Isso mostra o compromisso dos nossos magistrados em prestar um bom serviço à Justiça. Mesmo em um ano cheio de

adversidades como foi 2015, o Judiciário cearense dá provas do quanto está empenhado em atuar de forma célere e com qualidade", resume a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale.

CONCILIAÇÕES

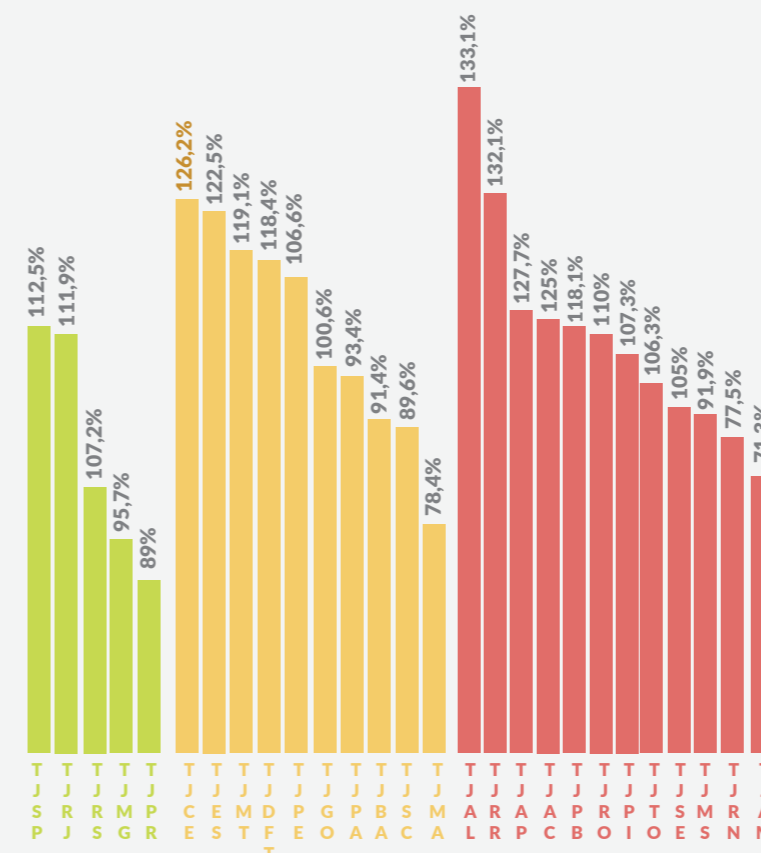
Destaque também para o desempenho do TJCE na quantidade de conciliações feitas em 2015. O tribunal teve 16% de acordos. Trata-se do quarto melhor índice entre as Cortes de médio porte, ficando atrás apenas da Bahia, Distrito Federal e Territórios, Maranhão e Pernambuco. Esses dois últimos empatados.

Foi a primeira vez que o CNJ levantou a quantidade de acordos no Brasil. Em todo o país, 2,9 milhões de processos foram solucionados assim em 2015.

MULTIMÍDIA

Acesse o relatório do CNJ em <http://bit.ly/2ebGHj5>

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA



Democracia & Diálogo

DESEMBARGADORES ELEGEM A NOVA CÚPULA DO JUDICIÁRIO CEARENSE. ESCOLHA TRAÇA NOVOS RUMOS PARA UM TRIBUNAL QUE CONTINUARÁ PREZANDO PELA TRANSPARÊNCIA, PELAS PORTAS ABERTAS À POPULAÇÃO E PELA UNIÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Martelo batido. Já se sabe quem serão os gestores do Tribunal de Justiça do Ceará pelos próximos dois anos. Por votação no último dia 27 de outubro, os desembargadores Gladysson Pontes, Washington Araújo e Darival Beserra foram eleitos presidente, vice-presidente e corregedor-geral do Judiciário. Eles terão mandato do fim de janeiro de 2017 ao fim de janeiro de 2019.

Essa foi a primeira eleição para escolha de Mesa Diretora do TJCE após o novo Regimento Interno do Judiciário entrar em vigor. O documento estabelece que os gestores devem ser definidos obrigatoriamente por votação (e não mais por aclamação - como podia acontecer antes, quando havia consenso entre os magistrados sobre quem deveria ascender ao cargo).

Trinta e cinco dos 43 desembargadores votaram na sessão/eleição conduzida pela atual presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale. **“Quis o destino que a eleição fosse no dia em que completo 11 anos de Tribunal. E quando o Tribunal dá uma lição de democracia. Porque esta foi uma eleição democrática. Nós saímos fortalecidos desse processo”,** disse.

Eleito presidente por unanimidade, Gladysson Pontes adianta que o tom da gestão será similar ao de Iracema Vale quanto à união dos magistrados e servidores à manutenção dos canais de diálogo. **“Onde administrei, exerci essa força do ser humano que é o diálogo. Não acredito que nada possa ser feito isoladamente. Tudo tem que ser feito em conjunto, em harmonia. As**

peças precisam ser ouvidas. Elas querem ser ouvidas. E nós precisamos ouvir para podermos dar o encaminhamento adequado às demandas.”

Imediatamente após o resultado da eleição, o presidente eleito recebeu de Iracema Vale o Relatório Circunstanciado para Transição. Num primeiro momento, Gladysson Pontes revela, será feito um trabalho de diagnóstico. **“Estamos fazendo levantamento de dados para que a gente tenha uma posição de como está o Judiciário e termos ideia do que pretendemos aplicar. Vamos dar continuidade ao que foi desenvolvido e aprimorar o que for preciso.”**

Ele pediu aos demais desembargadores que todos unam-se pelo fortalecimento do Judiciário. **“Lidar com um Tribunal com 43 membros, quase 500 juízes e milhares de servidores;**

comandar um poder complexo e cheio de reivindicações, demandas judiciais e da população; tudo isso é um desafio grande que exige energia forte e presença cotidiana. Mas, se caminharmos juntos, teremos uma missão exitosa.”

Gladysson Pontes acredita que a experiência no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, órgão supervisionado por ele desde 2015, pode qualificá-lo ainda mais a gerir e a resgatar tradições do Tribunal. **“A situação agora é mais ampla [do que a do Nupemec]. Nós precisamos conjugar todos os esforços de todos os setores. É uma gama mais complexa, mas que, acredito, faremos uma gestão profícua.”**



A íntegra do Regimento Interno do TJCE

<http://www.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2016/08/Regimento-Interno-2016.pdf>



Confira vídeos da eleição na página do TJCE no Facebook

<https://www.facebook.com/tjceoficial/>

“HONREI A TOGA QUE VISTO HÁ 11 ANOS”



Magistrada oriunda do Ministério Público do Estado (MP/CE), a desembargadora Iracema Vale passará o bastão do comando do Judiciário cearense para o desembargador Gladyson Pontes no fim de janeiro de 2017. Além dela, o TJCE só teve mais uma mulher presidente: a desembargadora Águeda Passos, em 1999/2000.

Iracema ingressou no Tribunal em 28 de outubro de 2005, pelo critério do Quinto Constitucional. “Tenho a segurança e a certeza de que dei o melhor de mim nesses dois anos. E de que honrei a toga que visto há 11 anos. Eu tenho a convicção do dever cumprido”, declarou ela, logo após anunciar o nome do próximo presidente do TJCE.

A desembargadora disse esperar do seu sucessor a continuidade dos bons trabalhos desenvolvidos na sua gestão. “Tenho certeza de que eles [os desembargadores Gladyson Pontes, Washington Araújo e Darival Beserra] vão continuar, melhorar e aperfeiçoar o que for melhor para o povo cearense porque são pessoas sérias, justas e honestas.”

“VAMOS DAR CONTINUIDADE AO QUE FOI DESENVOLVIDO E APRIMORAR O QUE FOR PRECISO.”

Desembargador Gladyson Pontes



Saiba mais

- ◆ Após meses de estudos e discussões internas, o novo Regimento Interno do TJCE entrou em vigor no dia 1º de agosto de 2016.
- ◆ Presidente, vice-presidente e corregedor-geral são escolhidos por maioria absoluta do total de desembargadores presentes à sessão de eleição.
- ◆ Não há possibilidade de reeleição da Mesa Diretora.
- ◆ Desembargadores que tenham ocupado cargos na Mesa Diretora não podem candidatar-se novamente por quatro anos.
- ◆ Antes de ser presidente do TJCE, a desembargadora Iracema Vale presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e foi procuradora-chefe do Ministério Público do Estado.

Depoimentos



“

Meu respeito e admiração pela maneira como a desembargadora Iracema conduziu a atual gestão. O trabalho dela primou pela transparência, pela austeridade e por tratar a instituição de forma republicana. Por isso, para a próxima gestão, a expectativa é muito grande. Apesar de cientes das dificuldades pelas quais o Tribunal passa, pelas quais o Brasil de forma geral passa, eu tenho fé nas pessoas que foram escolhidas. E vou contribuir porque sei que se todos contribuírem com sua parcela de trabalho a possibilidade de êxito é bem maior.”

HERÁCLITO VIEIRA
Desembargador



“

O desembargador Gladyson tem todas as credenciais para ser presidente. Tanto que mereceu a confiança de nós todos. Esperamos, mesmo em face às dificuldades, que ele possa fazer uma grande administração.

FERNANDO XIMENES
Desembargador



“

São magistrados de renome, com vasta experiência. E, para nós, eles são a esperança da consolidação das responsabilidades e dos valores do Judiciário. Tenho certeza de que a administração será brilhante. Penso que eles priorizarão o Primeiro Grau; vão dar maior suporte.

TARCÍLIO SOUZA
Desembargador



“

Tivemos uma eleição onde todos os desembargadores puderam concorrer. Isso já foi um avanço muito importante da gestão da presidente Iracema Vale, que conduziu o Tribunal com muito acerto, democracia e liberalidade, dentro do que era possível. Esperamos que a nova gestão viabilize uma eleição direta, com a participação também dos juizes. Quem sabe o próximo presidente já seja eleito assim?

ANTÔNIO ARAÚJO
Presidente da Associação Cearense de Magistrados



Perfis GLADYSON PONTES

PRESIDENTE ELEITO POR UNANIMIDADE

Francisco Gladysson Pontes nasceu em Jaguaruana, interior do Ceará, e tem 64 anos. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Tem MBA em Finanças Corporativas e é pós-graduado em Processo Civil. Ingressou no TJCE em 10 de janeiro de 2011 pelo critério do Quinto Constitucional (vaga destinada a advogados). É hoje integrante da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal e supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.



WASHINGTON ARAÚJO VICE-PRESIDENTE ELEITO

Washington Luís Bezerra de Araújo é piauiense de nascimento e tem 56 anos. É graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Direito Processual Eleitoral e Direito Eleitoral, e mestre em Direito Constitucional. Está no Judiciário cearense desde março de 1992. Antes de tornar-se desembargador, em 18 de fevereiro de 2011, atuou em cidades do Interior cearense e em Fortaleza. Hoje é integrante da 3ª Câmara de Direito Público.



DARIVAL BESERRA CORREGEDOR ELEITO

Francisco Darival Beserra Primo é natural da cidade cearense de Farias Brito e tem 67 anos. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, ele tornou-se juiz em janeiro de 1981. Atuou em municípios do Interior e na Capital. Foi vice-diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, e juiz auxiliar da Presidência do TJCE e da Corregedoria Geral de Justiça. Ingressou no TJCE em 18 de fevereiro de 2011, pelo critério de antiguidade. Preside hoje a 3ª Câmara Criminal.

UM ANO DE MUITO TRABALHO

DESDE OUTUBRO DE 2015, A ROTINA TEM SIDO DIFERENTE PARA AS VARAS DE FAMÍLIA DO MAIOR FÓRUM DO CEARÁ. UMA NOVA ESTRUTURA SURTIU, E OS PROCESSOS PASSARAM A TRAMITAR DE FORMA MAIS CÉLERE

Tem um ano que as Varas de Família do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, contam com uma estrutura diferenciada para atuação. É que as Secretarias Judiciárias Únicas de 1º Grau de Jurisdição (II e III) começaram a atender da 1ª à 18ª Vara em outubro do ano passado. E desde então representam um enorme ganho para as unidades.

Só em 2016, as duas secretarias fizeram cerca de 176,3 mil movimentações processuais entre os meses de janeiro e setembro. Além disso, emitiram aproximadamente 116 mil documentos – entre alvarás,

despachos, cartas, ofícios, arquivamentos e outros expedientes administrativos – no mesmo período.

A juíza coordenadora das Varas de Família, Valeska Rolim, classifica o primeiro ano de atuação das secretarias como de adaptação a um novo serviço. Segundo ela, a política de diálogo aberta foi mantida permanentemente para avaliar erros, acertos e buscar melhorias. “Tivemos ajustes, mudanças, implementações no sistema E-saj para que fosse otimizado o tempo e a força de trabalho. Ainda não chegamos ao número ideal, mas se continuarmos nesse ritmo chegaremos”, avalia.

Também titular da 10ª Vara da Família, a magistrada explica que a criação das duas secretarias permitiu aos gabinetes ficarem apenas com a atividade fim do juiz (produção de despachos, decisões e sentenças). Isso aumentou, conforme Valeska, consideravelmente a produção dos gabinetes. “É uma atividade que nunca vai ter fim porque são processos que estão sendo sempre ajuizados. É uma demanda muito grande. Cada Vara de Família recebe cerca de 120 processos por mês”, revela.

**120
PROCESSOS
POR MÊS É A MÉDIA DE DEMANDA DAS
VARAS DA FAMÍLIA DO FÓRUM
DE FORTALEZA**



“É UMA DEMANDA MUITO GRANDE. CADA VARA DE FAMÍLIA RECEBE CERCA DE 120 PROCESSOS POR MÊS”

CASA ARRUMADA, MAIS CELERIDADE

Para a supervisora da Secretaria Judiciária II, Lia Pimentel, esse primeiro ano de atuação da Sejud foi tempo de “arrumar a casa”. Ela considera o desempenho das unidades positivo. “Daqui pra frente, é aumentar a quantidade de servidores, melhorar o nosso desempenho ainda mais e oferecer a prestação jurisdicional que as partes esperam”, projeta.

Antes da Sejud, Lia destaca, muitos expedientes estavam atrasados e havia bastante demanda para despachar. “Mas com o grupo trabalhando unido, hoje o juiz despacha em um dia e no outro nós estamos produzindo os expedientes”, explica.

A supervisora da Sejud III, Eunice Colares, enaltece que quem mais ganha com esse novo método de trabalho são as pessoas que procuram a Justiça, pois as rotinas de trabalho na unidade estão mais organizadas. Resultado: a produtividade aumentou e o índice de reclamação diminuiu.

“Os pedidos estão sendo atendidos diariamente. Está tudo mais célere. A demanda está sendo atendida com uma rapidez que, às vezes, a pessoa não precisa nem procurar que o documento já está produzido. As que vêm pedir, a demanda é atendida em, no máximo, três dias. Mas, em geral, tem sido em 24 horas”, assegura Eunice.

Por isso, ela acredita que as expectativas são as melhores para os próximos anos. “A Sejud III está encontrando um meio de trabalhar organizada. Nós já estamos trabalhando com análises de decisões dos juízes já do mês de setembro do ano corrente”, conta a supervisora. “A Sejud está crescendo muito. Nesse primeiro ano, está se organizando e acredito que no próximo o crescimento vai ser ainda maior e vai ficar tudo completamente em dia.”

176 MIL MOVIMENTAÇÕES

PROCESSUAIS FORAM FEITAS PELAS
SEJUDS ENTRE JANEIRO E SETEMBRO
DESTE ANO

116 MIL DOCUMENTOS

FORAM EMITIDOS PELAS SEJUDS
ENTRE JANEIRO E SETEMBRO
DESTE ANO

AMPLIANDO h o r i z o n t e s

TJCE firma novo convênio para aumentar ainda mais a capacidade de realização de acordos no Judiciário.

Promover o diálogo é uma das principais premissas do novo Código de Processo Civil (CPC) brasileiro

Mais uma estrutura está viabilizada para ampliar as atividades de mediação e conciliação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, os Cejuscs, no interior do Ceará. Desta vez, o Tribunal de Justiça firmou convênio com o Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).

Supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, o desembargador Gladyson Pontes comemora mais uma parceria. “A expansão dos centros de conciliação dinamiza as atividades nas instituições, firmando um interesse não apenas institucional, mas também público”, avalia o magistrado, eleito para presidir o Tribunal no biênio 2017/2019.

Como os Cejuscs envolvem profissionais e estudantes no contato direto com a população, muita gente vai ser beneficiada com esse novo convênio. A Unicatólica tem cerca de 400 estudantes só no curso de Direito. “Nossa universidade tem propósito de uma forte interação com a comunidade. Nós aproveitamos o espaço dos nossos cursos para contribuir com o desenvolvimento social, humano e político da nossa região”, destaca o reitor da instituição, Manoel Messias de Sousa.

Presente à assinatura do convênio, o procurador-geral de Justiça do Ceará, Plácido Rios, avalia que a busca por métodos alternativos de solução de conflitos é o novo caminho para o Judiciário brasileiro. “É uma nova forma de gerir conflitos. Só assim poderemos fazer melhor o nosso trabalho, que é solucionar problemas.”

Segundo o subdefensor público-geral do Estado, Leonardo Moura, “é muito importante levar a mediação e a conciliação para o Interior porque essas práticas agilizam a solução dos conflitos daqueles que procuram a Justiça.”

“O QUE NÓS PRECISAMOS É DE PESSOAS PREPARADAS NUM AMBIENTE ADEQUADO PARA TRATAR O PROBLEMA. O JUDICIÁRIO PRECISA TAMBÉM DAR ESSE LADO HUMANIZADO NO TRATO DAS QUESTÕES JUDICIAIS, NÃO APENAS TECNICAMENTE SENTENCIANDO OU DECIDINDO.”

GLADYSON PONTES
DESEMBARGADOR E SUPERVISOR DO NUPEMEC

FORMANDO ESPECIALISTAS

A Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) realizou pela primeira vez em Fortaleza um curso de formação de instrutores em mediação judicial. A capacitação ocorreu em outubro e teve como objetivo ampliar o número de instrutores no Judiciário cearense. Foi uma parceria do Nupemec com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os 28 participantes, entre juízes, servidores do TJCE e outros interessados da Capital e do Interior, fizeram treinamento de 40 horas/aula. Eles já haviam concluído o curso de Mediação do Nupemec.

A formação de especialistas em resolução de conflitos faz parte da Política Nacional de Conciliação do Judiciário brasileiro, instituída em 2010 pelo CNJ. Em todo o país, mais de 500 instrutores já foram treinados.



A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO DIGITAL

Juízes e servidores das Varas Cíveis do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, participaram de um encontro com a coordenadora do Cejusc, juíza Natália Gondim, para apresentação da Mediação Digital. O sistema é apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como “alternativa rápida e econômica de solução de conflitos. O serviço é gratuito e facilita o diálogo entre as partes. Tudo sem a necessidade de sair de casa.”

Segundo Natália Gondim, “o sistema busca a agilização e a simplificação da resolução dos conflitos em que uma das partes seja uma grande empresa”. Já estão cadastrados os bancos Bradesco Financiamentos, HSBC, Itaú, Citibank, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, entre outras instituições financeiras.



Para participar, basta efetuar cadastro no site do CNJ. Assim, o autor do processo poderá apresentar seu pedido baseado numa tabela exemplificada e disponível no próprio sistema. A partir de então, as partes poderão trocar mensagens e a empresa terá 20 dias para dar resposta à proposta do autor do processo.

Se o demandante estiver de acordo com a resposta, o magistrado, cadastrado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, homologará o acordo.

Caso não haja acordo, o usuário poderá avaliar o negociador da empresa, o que permitirá uma identificação da qualidade do serviço prestado por seus negociadores, possibilitando, assim, um aprimoramento das negociações.

“NÓS AGORA TEMOS UM ESPAÇO FÍSICO COM CAPACIDADE DE ABSORVER UM MAIOR NÚMERO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. A IDEIA É, CADA DIA MAIS, O CEJUSC CRESCER E ABRANGER ESSE TIPO DE CONFLITO QUE A GENTE PODE RESOLVER PELO DIÁLOGO. O CEJUSC, EM MUITOS TIPOS DE CONFLITO, PRINCIPALMENTE OS PRÉ-PROCESSUAIS, É UM CARTÃO DE VISITA PARA OS JURISDICIONADOS. É O PRIMEIRO CONTATO QUE ELE VAI TER COM O JUDICIÁRIO.”

JOVINA D'ÁVILA
JUÍZA, SOBRE A INAUGURAÇÃO DAS NOVAS
INSTALAÇÕES DO CEJUSC DE FORTALEZA

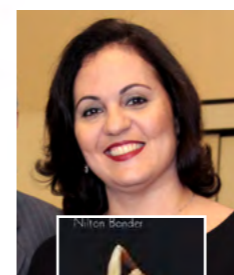
MULTIMÍDIA

SAIBA MAIS SOBRE MEDIAÇÃO DIGITAL

[HTTPS://WWW.CNJ.JUS.BR/MEDIACAODIGITAL/](https://www.cnj.jus.br/mediacaodigital/)

SUGESTÃO CULTURAL

Lara Coe
Diretora da Divisão de
Programação e Controle da Esmec



A alma imoral

O livro faz uma reconstrução sobre o significado de ‘corpo’ e ‘alma’. O autor Nilton Bonder procura contrapor o conceito de alma imoral do texto bíblico ou animal moral da psicologia evolucionista. Além disso, defende que o corpo que preserva e a alma que trai são responsáveis pelo processo de reprodução. Para Lara, “o livro traz um raciocínio sobre a vida, nos faz refletir sobre a nossa natureza e sobre como nos colocamos como sociedade.”

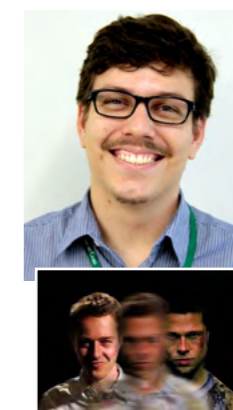
Alda Oliveira
Diretora do
Departamento de Otimização
Organizacional do TJCE



Orquestra Filarmônica
do Ceará

Fundada em 22 de maio de 1998 pelo maestro Gladson Carvalho, a Orquestra tem o objetivo de descobrir e reunir em torno de um projeto artístico-cultural os melhores músicos em atuação no Ceará. Ela conta com um repertório versátil. O grupo se apresenta com frequência no Theatro José de Alencar, no Centro de Fortaleza. “É um espetáculo musical encantador que valoriza a nossa cultura”, destaca Alda.

Rafael Barros
Chefe do Serviço de Apoio Operacional da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública



Clube da Luta

Adaptado de um romance, é uma dose cavalariça de contracultura e aborda a questão da violência na sociedade contemporânea, também polemizando a relação entre consumismo, capitalismo e hierarquia social. “A estética de David Fincher é incrível, bem como a maneira que ele escolheu para ilustrar a confusão entre ilusão e realidade retratada no filme”, ressalta Rafael.

Raeliza Lôbo
Psicopedagoga do Juizado de
Violência Doméstica e
Familiar contra a Mulher
de Fortaleza



Quem ama, educa!

É considerado o maior best-seller em educação do Brasil. Escrita por Içami Tiba, a obra ajuda a formar cidadãos éticos e felizes, além de orientar como educar os filhos da “geração digital”. Raeliza destaca que o livro foi marcante na sua vida. “Ele marcou a infância dos meus filhos, por apontar ensinamentos éticos, além do amor na difícil e prazerosa missão de ser mãe.”





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA